Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

FÓRUNS REGIONAIS PARA DISCUSSÃO DE PROPOSTAS

Data: 08/05/18 – Horário: 18h45

Local: Centro Juventude

Rua Aurora Pinto da Cunha, 131, Jardim América.

Representantes presentes:		
Nome	**Entidade**	**Membro**
MARCELO REIS	SEURBS	
OSWALDO VIEIRA	SEURBS	
LÍGIA TORQUATO	SEURBS	
Demais cidadãos:		
LUCAS LACAZ	Munícipe	
LEANDRO GIMENEZ	Munícipe	
SIRLEI	Munícipe	
JAIRO SALVADOR	Munícipe	
MARIA SALOMÉ	Munícipe	
ELIDIA FREITAS	Munícipe	
EDVALDO AMORIM	Munícipe	
GILSON COSTA	Munícipe	
FABIANA VIEIRA	Munícipe	
MARIA LUCIA	Munícipe	
JOSE MORAES	Munícipe	
VERA ASSIS	Munícipe	
ANDRÉA LUSWARGHI	Munícipe	
VALTER SILVEIRA	Munícipe	
PAULO ROMANO	Munícipe	
CAIO ALMEIDA	Munícipe	

Abertura: Aos oito dias do mês de maio, do ano de 2018, **MARCELO REIS**, representante do Poder Público, deu início à reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, agradecendo e dando os cumprimentos a todos. Em seguida, apresentou aos presentes, a proposta do Plano Diretor. Na sequência, passou a palavra para a moderadora, e representante do Ipplan, **LÍVIA TOLEDO,** que passou a coordenar a participação dos cidadãos presentes. **LÍVIA TOLEDO:** Nós tivemos a árdua tarefa de resumir em menos de meia hora essa apresentação, agradeço ao Marcelo, é um esforço muito difícil de fazer essa síntese. Agora, abriremos a fala de 2 horas e 20 minutos para a população, e vocês podem se manifestar livremente. Vamos seguir a ordem dos inscritos. São dezenove horas e cinquenta e seis minutos, começamos a contar o tempo para fala. Só um minuto que eu vou pegar a lista das pessoas inscritas. Então, a primeira pessoa a se manifestar é o Lucas Lacaz, e a próxima pessoa é o Leandro Gimenez. **LUCAS LACAZ:** Boa noite. Minha consideração é acerca de como que a Prefeitura ou Poder Público, tem se relacionado com a população. Eu tenho participado como cidadão comum, já que não sou conselheiro do COMAM, eu tenho visto algumas questões ambientais e vejo com bastante desagrado, como o Poder Público ignora o cidadão. Estou morando ali na Zona Sul, está sendo feita uma obra viária, e não tem nenhuma placa de indicação dessa obra, essa obra já deve estar completando daqui a pouco um mês, e eu fiquei sabendo como imprensa. Fui procurar saber, e descobri que foram suprimidas 15 (quinze) árvores e que deve ter uma compensação ambiental de 325 (trezentos e vinte e cinco) árvores. Já questionei onde serão plantadas essas 325 (trezentos e vinte e cinco) árvores e não se sabe onde vai ser plantado isso, e a gente tem outros números... O CTA também, ano passado informou que iria suprimir algumas árvores e que iria plantar mais 210 (duzentos e dez). A gente tem as obras do Cambuí que se eu não me engano são 107 (cento e sete) mil árvores. A gente tem a transposição do Paraíba, são 20 (vinte) mil hectares que deveriam ser plantados de árvores, e a gente

pergunta: vamos ficar aqui somente vendo números, e na prática como que realmente isso é feito? Esse é o meu questionamento. Eu acho que existe um deslocamento muito grande, a gente tá aqui numa reunião, a meu ver, extremamente esvaziada, não tem a participação da população. Eu participei de algumas audiências que tiveram, e há um questionamento do próprio Poder Público, o Secretário Marcelo Manara, conversando comigo falou "não temos a participação pública, eu gostaria que tivesse mais", então a gente precisa, talvez, ter alguns outros mecanismos para que isso aconteça, porque senão a gente vai ter um abismo muito grande. A população às vezes reclamando, questionando, eu convidei no grupo de "WhatsApp" lá do meu bairro, e as pessoas não sabem o que que é isso. "Plano diretor"? Mas a gente pode participar? Então existe um abismo de comunicação, de participação popular e que a gente precisa fomentar para que as pessoas participem. Eu vejo um momento bastante difícil, a gente ter alguns bons avanços em algumas áreas, alguns setores, tendo esse abismo aí enorme. **LÍVIA TOLEDO:** Obrigado. Agora Leandro Gimenez, o próximo Sirlei. **LEANDRO GIMENEZ:** Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Leandro Francisco Gimenes, eu sou morador aqui do Jardim Sul, um bairro que fica aqui entre o Jardim Oriente e o Jardim Morumbi, e faço parte da diretoria da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Sul. A minha primeira proposta é, em cima de tudo o que eu vi e ouvi aqui, pedir que a Prefeitura numa próxima oportunidade, ao fazer apresentações como essa de hoje para a população, utilizar uma linguagem mais acessível. A gente sabe tudo bem, eu pelo menos entendo um pouquinho, a gente sabe que é técnico, mas procurar usar um pouquinho mais de termos mais acessíveis, para que a população entenda o que está sendo falado, porque pelo que eu vi muito pouca gente entendeu o que foi falado aqui hoje, não por culpa do pessoal da Prefeitura, não, mas porque são termos técnicos e nós não somos engenheiros, nós não somos técnicos para saber. Então que a Prefeitura utilize um pouquinho mais de uma linguagem mais acessível. Lógico, se for possível. Segundo, que seja levado em consideração em tudo isso que foi falado, principalmente a questão ambiental. Por que eu falo isso? O caso da Avenida Tivoli... Foi tudo feito às pressas, pelo que eu entendi da situação, deram um parecer, um alvará, depois voltaram atrás, e ficou tudo muito mal explicado. Então, que a Prefeitura, os órgãos competentes, levem em consideração principalmente a questão ambiental, para que não ocorra o que aconteceu lá no caso da Avenida Tivoli, lá na Betânia, porque fizeram tudo isso e ficou uma situação desagradável, o povo se manifestou, a Prefeitura, a CETESB, voltaram atrás. A CETESB anulou o laudo, a Prefeitura anulou a sessão que eles fizeram. Então é só isso que eu tinha pra dizer. **LÍVIA TOLEDO:** Obrigada. Agora é Sirlei, próximo, Rogerio Salvador. Para quem se estender um pouco mais, faltando um minuto eu aviso, só pra vocês conseguirem se organizar na fala, ok? **SIRLEI:** Boa noite. Meu nome é Sirlei, sou moradora do Jardim Oriente, Zona Sul, é a primeira vez que eu tenho esse tipo de ato de cidadania. Não é fácil, nós podemos ver que realmente, o povo, não só aqui na cidade, no Município de São José dos Campos, mas o povo brasileiro, é um povo extremamente desinformado, o que é uma coisa muito interessante para os nossos políticos, que nós sejamos pessoas desinformadas, que não saibamos como pleitear os nossos direitos, os nossos deveres, já que nós não podemos garantir as nossas... Enfim, os nossos direitos, no nosso dia-a-dia, no local em que vivemos e podemos melhorar este ambiente. É claro que pra nós... As vezes ficamos muito preocupados com o Presidente da República e nos esquecemos que nós não vivemos em âmbito federal, nós vivemos aqui no nosso Município, e nós precisamos melhorar a nossa rua, nossa praça, a iluminação da nossa rua, o policiamento, e para isso, há extrema necessidade de nós comparecermos nesses lugares, em reuniões como essa. Infelizmente, realmente está esvaziado, como o Lucas falou . O Lucas falou da questão da comunicação, mas muitas vezes, a comunicação, ela só se faz de fato quando ela fecha, quando nós usamos por mais técnicos que alguns assuntos sejam, ela se torna de certa forma inteligível para nossa compreensão, porque nem todos nós temos formação em pedagogia, não necessariamente pedagogia, mas no caso de arquitetura, engenharia, essas questões. Então, às vezes nós ficamos perdidos, porque nós não temos essa orientação, mas há também uma sugestão, que a Prefeitura repense essa comunicação, porque ela só se faz quando existe uma compreensão de ambos os lados. Bom, eu venho para falar um pouquinho sobre uma questão que é extremamente importante, que eu vejo principalmente aqui na zona sul, que é a causa animal. Algumas pessoas acham que isso não é importante, mas nós precisamos ter a consciência que a questão animal, animais abandonados, doentes, não vacinados, estragando os lixos dos seus vizinhos pelas ruas... Isso traz pestes, isso traz doenças que vão afetar muitas vezes o próprio ser humano. Então, você fala, "nossa, o que eu tenho a ver com isso?" Você tem tudo a ver com isso. A sociedade tem tudo a ver com isso, porque isso, o que um animal abandonado... Um animal que o seu proprietário sai de manhã, abre a porta e ele vai fazer o passeio matinal, às vezes do dia inteiro, sem alimento, sem hidratação, mas que vai rasgar o lixo dos vizinhos, ele vai levar paulada, o animal não tem

Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

culpa, ele vai lá fazer esse tipo de asneira, porque ele é porco, ele é imundo, mas quem bota o seu animal sujando as ruas, chamando rato para dentro das suas casas é a própria população, que acha que não tem nada a ver com isso, que animal é uma cadeira, coitadinho... Porque cadeira? É através de atitudes simples, como eu disse, pequenas, dentro do ambiente que você vive é que faz a diferença. Outra coisa, eu gostaria de posicionar, bem claramente em relação à Ponte Estaiada, que está para ser construída. A região é uma região favorecida do Estado de São Paulo, porém, é uma obra extremamente onerosa. Gente, eu sou de São Paulo, estou vivendo aqui há 6 (seis) anos... Para se construir uma ponte do gênero, tem que se justificar drasticamente, a dificuldade de um tráfego. Eu Sou professora de Educação Física, estou vendo até ali, o Marcão, e como tal, o que a gente tem que fazer de imediato, não é criar uma obra de 60 milhões, por 2 (dois) anos, complicando mais o tráfico local, e sim estimular atividade física com bicicletas, criando de fato pistas para que nós possamos trafegar com tranquilidade, desenvolvendo políticas educacionais de respeito, tanto aos ciclistas, quanto aos pedestres, quanto aos motoristas de carro e motos. Então assim, é muito mais barato, muito mais fácil, muito mais imediato, estimular esse tipo de coisa, e ter um transporte urbano descendente, digno, limpo, com preços módicos, que é isso que nós merecemos. Tá bom? Muito obrigada. **LÍVIA TOLEDO:** Agora é o Jairo Salvador, na sequência Maria Salomé. **JAIRO SALVADOR:** Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Jairo, sou Defensor público, e eu queria... Esse é o segundo encontro que eu participo, o primeiro eu participei em São Francisco no sábado. Foi um pouquinho, aliás, foi bastante diferente do que aconteceu aqui. Eu queria falar... Tentar falar de três coisas, uma do processo, duas do conteúdo da proposta, e formular uma proposta ao final. Em relação ao processo, a Defensoria vem acompanhando esse processo desde o início, desde 2016, e o momento hoje, antes da reformulação do calendário, era do retorno das devolutivas da participação popular. O que a gente viu aqui hoje, foi uma posição técnica da Prefeitura, não sei se por ato falho... Com todo respeito, a pessoa que fez a apresentação, não sei se por ato falho, ou por vício de linguagem, a apresentação toda, para quem prestou atenção, foi dito "a gente acha isso", "a gente acha", "a gente", "a gente"... Não "é a gente", o Plano Diretor não é da Prefeitura, o Plano Diretor é da população, ele é construído pela população, a Prefeitura tem todo direito de ter a proposta dela, de apresentar a proposta, de discutir, mas a população tem que ter uma participação qualificada, porque senão a gente vai ficar aqui igual marionete, só legitimando uma coisa que já foi decidida, e a gente não está, eu pelo menos, não estou disposto a endossar uma coisa que já foi decidida. Venho para cá desarmado, para discutir propostas, para apresentar o formato... Eu não vou entrar na discussão do formato, mas esse formato não permite essa discussão, o que a gente está fazendo é antecipar 10 (dez) audiências públicas. Porque não houve nenhum retorno das propostas construídas pela população? Qual é o liame dessas propostas? Com quem foi discutido aquelas dezenas, maravilhosas de... Inclusive aqui não teve liame, eu não consigo enxergar liame. A Ponte Estaiada foi discutida com a população? Apareceu uma foto ali da Ponte Estaiada. De onde se tirou isso? Então, com todo respeito ao trabalho técnico, que é árduo, eu sei, é muito difícil receber críticas, mas eu acho que está havendo um descompasso em relação a isso. E isso é na própria origem do método que foi elaborado. Segundo ponto, o que é muito mais grave, eu acho... Já chamei a atenção disso em São Francisco Xavier, volto a repetir, porque muita gente não estava na audiência de lá... Existem dentro desse cronograma várias oportunidades, ou seja, atalhos de propostas que não foram discutidas com ninguém, chegar diretamente na Câmera. O velho problema da gente ter, depois de todos os fóruns, a gente não tem um fórum popular que faça a versão final, que faça uma checagem, exatamente isso olha. Eu lembro que na discussão, a questão da mobilidade em todas as regiões, uma das questões mais levantadas... E mobilidade esta relacionada à qualidade do transporte público, aí me saem com a proposta técnica de que temos que fazer mais vias, mais vias para cá, via para lá. Então assim, se é pra se consultar a população, então que se leve até as últimas consequências. Terceiro, a pertinência temática da Defensoria Pública que muito nos preocupa, e aí é uma certa esquizofrenia entre o que está no papel e o que está efetivamente nas propostas apresentadas pela Prefeitura, no Plano de Habitação de interesse social que é um dos documentos que integram o pacote de documentos da... Não vai dar tempo... Pacotes de documentos que foram fornecidos à população, existem 94 (noventa e quatro) ZEIS, nessa nova proposta caíram para 64 (sessenta e quatro), ou seja, sumiram várias ZEIS, e este é o instrumento básico para atender a população carente e organização indissociabilidade entre Habitação de Interesse Social e Zona Especial de interesse Social, ela é fundamental, e não está se dando a devida importância para este instrumento. E isso gente, quem vai pagar somos todos nós, porque nós vamos ter que levar infraestrutura, porque as pessoas... Se você não tiver Zona de Habitação de Interesse Social, aquela terra vai ser objeto de especulação. Então, as pessoas não vão morar em bairros irregulares porque elas querem, é porque é onde elas podem comprar. Se a gente

Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

não corrigir isso no Plano Diretor, a gente vai continuar e quem paga é toda a população. Poucos ganham, em detrimento de toda a população. Então, a gente não pode ser conivente com isso. Não seremos. Já aviso, para depois não dizer que não avisei, porque se continuar desta maneira, vai ser impossível a gente endossar esse tipo de processo. **LÍVIA TOLEDO:** O senhor pode se inscrever novamente, vai ter tempo de fala aparentemente, pela listagem que eu já tenho. Se quiser pode se inscrever novamente, viu Doutor Jairo? Agora Maria Salomé, na sequência Elidia Freitas. **MARIA SALOMÉ:** Boa noite a todos e a todas. Eu sou Maria Salomé Flores da Costa, moro no Rio Comprido, o primeiro bairro de São José dos Campos e faço parte da Associação de Moradores. Eu digo primeiro bairro São José dos Campos porque foi o primeiro bairro que surgiu São José dos Campos, e não apareceu no mapa aqui o Rio Comprido, não existe, veja bem para vocês ver que calamidade. Desde que começou o Rio Comprido, lá nos anos... Olha eu não vou falar o número porque é muito chato, mas eu vou trazer escrito, eu vou trazer o livro que conta essa história. Então veja bem, desde aquele tempo, todo mundo que mora no Rio Comprido é expulso de lá, não sei o que tem lá, acho que tem ouro não tem não? Capaz que tenha. Então, como membro do Fórum Popular do Plano Diretor de São José dos Campos, que conta com a participação de moradores de diversos bairros não regularizados da cidade... Venho apresentar uma proposta concreta, especialmente das políticas públicas relacionadas à habitação de interesse social e regularização fundiária. Quem não gostaria de ter a sua casa regularizada? Creio que todos nós. Creio que todos nós queremos isso, e é o nosso direito. Eu moro no Rio Comprido há 40 (quarenta) anos, e até hoje não foi regularizado ainda, mas se Deus quiser vai ser regularizado, a gente vai conseguir fazer isso acontecer. Muito obrigado. **LÍVIA TOLEDO:** Agora Elidia Freitas, na sequência Edvaldo Amorim. **ELIDIA FREITAS:** Boa noite. Sou Elidia, eu moro no Rio Comprido, eu faço parte da Associação de Moradores, e desde 2010 eu luto junto com os moradores para regularizar o Rio Comprido. Como a Salomé falou, o Rio Comprido é o primeiro bairro de São José dos Campos e até agora nada aconteceu lá, a não ser cinco mortos entendeu? Então é o seguinte, eu ia ler aqui, mas eu nem vou ler que é sobre regularização fundiária, para isso eu tive que estudar, participar de curso de regularização fundiária, participar do Plano Diretor, de várias coisas que a gente fez de planejamento da cidade, e acontece que o Rio Comprido, ele já era para ter sido regularizado há vários anos, só falta a Prefeitura tomar mais atenção com ele porque regularizado ele já é. Ele tem asfalto, tem luz, tem água, tem esgoto, tem transporte, só falta atenção da Prefeitura, ajudar a população de lá, a não ser que o problema seja um olho gordo lá, tão grande que a gente não sabe da onde saiu, e que não dá chance para gente regularizar. Eu mesma, eu perdi a metade do meu coração dentro da Câmara Municipal, brigando pelo Rio Comprido, eu só tenho 60% (sessenta por cento) do coração, foram lá cortaram a metade da minha casa sem minha ordem depois endoidaram, correram, para eu assinar, eu disse "não, não vou assinar, vocês demoliram a casa eu vou assinar?" E até agora não resolveram nem o meu problema, eu pago aluguel, e tenho só uma parte da minha casa lá. Quer dizer, que nem o Doutor Jairo falou, lá em São Francisco, lá foi muito bem, tinha mais gente lá, a participação, só uma coisa que eu tenho que dizer a vocês: cadê os empresários de São José? Tão aqui? Não! Quem é que está aqui? Então, quem é que está aqui? Só nós pobre, e outra, pela experiência que eu tenho, porque eu não tenho estudo, mas estou achando que a prefeitura está precisando de um estudo bem profissional, feito por pessoas que entendam bem o que é regularização fundiária, o que é pobreza, para poder explicar. Esse Plano Diretor, como o Doutor Jairo falou, é da população, mas só que a população, agora pergunto: "Cadê a população? Porque que ela não vem?" Gente, está faltando uma técnica da Prefeitura para unir as pessoas, mas ela chega aqui, só fala do centro da cidade, mas e a população? E a pobreza? E as favelas? Não se fala em bairros irregularizados, aqui é só centro. Mas cadê os empresários? Não tem! Quem está aqui somos nós. Então é o seguinte, está faltando a Prefeitura botar pessoas para trabalhar certinho e saber lidar com as pessoas, com a humanidade, com a pobreza, não só com o rico, mas com a pobreza, o que é a pobreza? Eles não sabem, eles não estão aqui porque eles não sabem de nada. Eu para saber tive que correr atrás de cinco pessoas, correndo atrás de um e de outro. Deixaram morrer cinco pessoas e depois chegaram lá com a polícia pra tirar nós no pau. Depois que morreram cinco pessoas, eu chamei a Defesa Civil, Engenheiro da Prefeitura, ninguém deu atenção. Quando morreram cinco pessoas, jogaram 150 (cento e cinquenta) policiais em cima de nós, nós também pegamos pau e corremos atrás. Eu não vou ler isso aqui, porque foi o que eu falei, é sobre regularização fundiária, estou por aqui de regularização fundiária, tem que resolver. Político agora vai ter que sofrer, ele vai ter que rebolar. **LÍVIA TOLEDO:** Agora é Edvaldo Amorim, na sequência Gilson Costa. **EDVALDO AMORIM:** Boa Noite a todos e a todas. Moro em São José dos Campos fazem 36 (trinta e seis) anos, moro aqui na zona sul, Jardim Paraíso, aqui perto. Achei interessante, o Doutor Jairo me fez pensar aqui, me fez refletir sobre algumas

coisas, a questão do mapa... Realmente é doravante daqui para frente fazer com que a Prefeitura traga uma linguagem mais acessível, acho que isso ajuda. Eu mesmo sou professor universitário, dou aula no Curso de Urbanismo, de Arquitetura e Urbanismo em outros cursos, então tenho mais facilidade, mas diante das pessoas aqui presentes, é mais complicado mesmo. Eu sei que é difícil, como a Lívia falou, são 83 páginas, é um desafio na verdade, então eu acho que a gente também tem que ter um pouquinho de compreensão, porque é um documento. Em algumas oficinas, eles apresentam o projeto de lei que é mais complicado ainda a forma como é lidado. Bom, mas o que eu tenho para falar aqui, o tempo é curto, mas eu vou começar aqui... O Jairo me lembrou sobre a questão da macrozona de uso de consolidação, quando a gente olha o mapa, para quem observou as ZEIS estão todas para fora da cidade, onde acontece a cidade, como a Senhora bem falou aqui. Então, tem vazios urbanos dentro dessa zona de consolidação, até mesmo a zona de estruturação, então nessa política fundiária, tem que se pensar no Plano Diretor, é que toda remoção, vamos colocar assim, se assim for, se tiver que acontecer, então que se priorize o que? Usar esse espaço que está consolidado, usar o vazio urbano dessas áreas onde o pessoal está chamando de centro, ao invés de, por exemplo, pegar o Pinheirinho dos Palmares que ficava aqui na zona sul, e colocar no lugar onde está, muito pior que estava, lá longe. Só quem conhece lá, sabe o que aconteceu. Então tem que colocar aí nessa proposta do Plano Diretor, então se houver, se a regularização fundiária não for de fato possível por questões de risco, por questões de regularização, então que se priorize colocar a pessoa morar no centro, morar onde o lugar é bom de morar. Então que isso seja colocado, essa priorização. Outra coisa, o Plano Diretor está correndo risco novamente de ser genérico, assim, as diretrizes são gerais e aí quando a gente olha parece que está tudo muito bonito, e há uma possibilidade, do meu ponto de vista, como é um plano, então o que que é um plano? É você planejar. Como que a cidade vai ter que crescer nesses 10 anos. E não que não possa ser revisto antes porque a lei, ela fala que tem que ser revisto a cada 10 anos, mas pode ser revisto antes. Então dentro disso, todo mundo viu a questão da mobilidade, mobilidade é algo que está presente, e eu não quero ser assim, parece que eu estou falando, que eu sou dono da verdade, mas a gente já tem uma das questões da mobilidade contemporânea, que a nossa colega perguntou, qual que é a prerrogativa da mobilidade contemporânea? Você estar mais perto do trabalho, estar mais perto do laser, estar mais perto de todos os tipos de serviço, ou seja, você priorizar esse tipo de deslocamento. Mas, o transporte a pé vem primeiro, depois o transporte público, depois o transporte de cargas e por último o automóvel. Então dentro disso a gente já tem uma proposta que me parece que é ela um senso comum do BRT, e o BRT, não sei se vocês sabem o que é um tipo de deslocamento rápido, ele já tem aprovado 800 milhões de reais, e está correndo o risco de perder esse financiamento, ele tem alguns problemas técnicos, pode até ter, mas existe o dinheiro, São José dos Campos tem essa possibilidade desse perfil, então que se coloque como eixo estruturante na mobilidade o BRT, daí para frente a gente pensa como trabalhar as outras questões ok? Obrigado gente. **LÍVIA TOLEDO:** Agora número nove, Gilson Costa, na sequência Fabiana Vieira. **GILSON COSTA:** Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Gilson Machado da Costa, sou da zona norte, sou do movimento popular "Regulariza Já", sou presidente da (inaudível) de Canindú, Chácara Havaí e adjacências. Então, como membro do fórum popular do Plano Diretor de São José dos Campos coletivo que conta com a participação dos moradores de diversos bairros não regularizados de São José dos Campos, venho apresentar uma proposta concreta de contribuição a este fórum de discussão que espero, seja incluída em nosso futuro Plano Diretor revisado. Essa proposta vem construída a partir de debate democrático ocorrido em diversos encontros, oficinas realizadas nos bairros não regularizados né, em São José dos Campos. Pretende incluir no plano diretor uma nova abordagem de tratamento às questões de acesso à cidade pela população de baixa renda com foto de redução na desigualdade, na justiça social, e na garantia do direito de moradia digna, e do direito à cidade com fortalecimento da participação popular e da gestão democrática. Então temos uma lei orgânica no município, a 346, que determina que o Poder Público Municipal deverá exigir e promover a regularização de um loteamento clandestino no prazo de dois anos. Essa lei ela é existente, ela é existente só no papel. No entanto passados mais de 25 (vinte e cinco) anos, a promulgação da lei orgânica do Município, quase que centenas de bairros permanecem sem regularização fundiária. Temos assistido no decorrer de todos esses anos, renovadas promessas de regularização, cadastramento, reuniões, recolhimento de documentos, sem que haja uma solução definitiva para os problemas das irregularidades fundiária e urbanísticas. Então para que o Plano Diretor possa contribuir para garantir o acesso à cidade a regularização fundiária dos bairros irregulares e a moradia digna, é um processo que implementa, efetivamente uma política municipal de regularização fundiária que contempla não somente a outorga de títulos, mas assegura intervenções urbanísticas e priorização na organização dos recursos públicos e na redução da desigualdade

Rua José de Alencar, 123 – 6° andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

sócioespaciais, assim, propomos que a incorporação nas propostas que nortearão a elaboração do projeto de lei seja considerada a seguinte proposta. Implementação de uma política municipal de regularização fundiária e dos aspectos programas desigualdades, a regularização de todos os núcleos urbanos informais existentes no município e a titularização dos seus ocupantes. Nós vemos que a cidade não para, ela é viva, e aqui estou eu com um documento aqui, do cidadão que mora na casa há 35 (trinta e cinco) anos, é uma notificação preliminar da Prefeitura, desapropriação e demolição na sua casa. Nós verificamos aqui, que existe uma lei, existe uma ação da Prefeitura... A Prefeitura ela não é social, a Prefeitura não promove a cidadania para o cidadão joseense, os vereadores não promovem a cidadania para a cidade, para a população. Então a gente vê aqui um cidadão que foi notificado, que mora há 35 (trinta e cinco) anos no local, e a Prefeita falou que é uma área de risco, e ele foi até a Prefeitura, sabe o que a Prefeitura falou para ele? "O problema é seu e com a justiça, você vai ter que sair da sua casa, pois sua casa vai cair." Ele respondeu: "Mas eu moro 35 (trinta e cinco) anos lá, como a minha casa vai cair?" Então a degradação começa na Prefeitura, entendeu? A cidade nossa cidade está degradada por causa dos vereadores e por causa da Prefeitura porque fazem da nossa cidade, que é uma cidade rica, barganha, barganha com quem e para quê? Então nós temos que perguntar para o Prefeito, para os vereadores, o que eles fazem com tanto dinheiro que essa cidade arrecada, e a gente percebe que nem manutenção na cidade é feita direito, se você anda na periferia aí, não vou falar aqui se você andar no Aquarius, porque se você for ao Aquarius, lá nem "bita" de cigarro tem no chão, mas e quando você vai para a periferia? Você fica assim, "nossa, mas o que que está acontecendo com essa cidade?" Uma cidade tão rica, entendeu? E a nossa cidade hoje infelizmente, me dá dó de falar, mas a nossa cidade hoje infelizmente ela tá um lixo, ela tá um lixo. Falou a situação do cachorro aqui, falou a situação do tráfego de carro nas vias, né. Então nós não podemos aceitar que esse Plano Diretor seja enfiado goela abaixo para a população, nós não podemos aceitar, se nós tivermos que ir lá fazer piquete na Prefeitura, vamos fazer. Vamos fazer o piquete. O que nós não podemos aceitar é que eles façam uma lei de 10 (dez) anos para favorecer meia dúzia de pessoas e aniquilar 500 (quinhentas) pessoas da cidade, nós não podemos aceitar isso. Então eu falo para vocês, muitas pessoas aqui falaram, e você pode ver todos falaram com angústia, angústia do que? O que que eles têm pra oferecer pra nós. Nada. Nada, nada, nada. Muito obrigado. **LÍVIA TOLEDO:** Agora número 10, Fabiana Vieira, na sequência Maria Lúcia. **FABIANA VIEIRA:** Boa noite. Sou moradora aqui do Jardim América, eu sou Engenheira Civil, e eu venho falar aqui da questão da moradia e também da questão da indústria de construção civil na cidade, e da outorga onerosa. A gente vê que hoje muito se fala aqui que é preciso trazer as pessoas pra morar dentro da macrozona de consolidação, só que com a outorga onerosa nós entendemos que isso vai ser... Vai ter um objetivo contrário. Hoje nós temos um coeficiente de aproveitamento que chega a três em muitas das regiões aqui da zona sul, o Jardim Satélite, Parque Industrial, quando se baixa esse coeficiente para 1.3 e se cobra mais para poder construir o que hoje a gente já poderia construir, é um imposto a mais que se coloca sobre a construção, é uma taxação a mais que se coloca. Este custo a mais, ele é repassado para o imóvel, não adianta achar que vai abaixar o preço do terreno, quem tem terreno aqui na região não vai vender o seu terreno mais barato porque a partir de agora a Prefeitura quer que se aproveite menos o terreno. A gente não pode esquecer da função social da construção civil, eu sou engenheira há 20 (vinte) anos, eu moro aqui no bairro, na região Sul da cidade desde os meus 3 (três) anos de idade, não vim de fora para explorar a cidade, eu sou daqui, convivo com as pessoas que trabalham nas obras e a gente tem que entender que a construção civil da cidade tem uma função social muito importante. É a construção civil que emprega as pessoas de mais idade e as pessoas de menos estudo, as pessoas da periferia que trabalhavam antes com a construção civil e que hoje estão desempregadas, não conseguem emprego no comércio, não consegue emprego na indústria. Quando se fala em produzir moradias tem que se pensar que a produção da moradia se passa por uma construtora que compra o terreno, que faz edificação para a Caixa Econômica poder financiar. A produção de moradia não é só no Aquarius, a produção de moradia se dá em toda a cidade. A produção de moradia é importante, quando se fala em trazer as pessoas para morar onde a cidade é mais estruturada, tem que se pensar em aproveitamento melhor dos terrenos, não se pode colocar um gabarito de altura que limite aqui no Jardim América em 08 (oito) andares, e que a gente pega terrenos muito grandes, constrói muito pouco, e aí as pessoas não conseguem comprar o apartamento para morar aqui. Não se pode colocar uma taxa de ocupação muito baixa em que as pessoas, em defesa de uma falsa qualidade de vida, porque as pessoas falam muito em defender a qualidade de vida mas não pensam que a qualidade de vida é você ter casa pra morar, qualidade de vida não é você ter só quintal. Quando se constrói muito pouco na cidade consolidada, você automaticamente coloca as pessoas para morar na periferia. Quando você coloca as pessoas para morar na

Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

periferia, aí é o que acontece hoje das pessoas terem mais dificuldade de acesso ao centro. Se hoje, se quer que as pessoas morem perto dos seus locais de trabalho, perto das suas escolas, para ter deslocamentos menores, tem que se pensar no adensamento da região da cidade. A construção civil ela não é feita só para grandes empresários, ela emprega o pedreiro, ela emprega o ajudante, e ela entrega o pintor, ela gera três vezes mais empregos indiretos, porque são as lojas de material de construção, são as lojas que fornecem a mobília, depois para casa pronta, é uma cadeia produtiva muito importante. Quando se fala em diminuir o coeficiente de aproveitamento para se cobrar outorga, nós estudamos os Planos Diretores de várias cidades do país e não teve nenhuma cidade em que se conseguiu cumprir a função social da terra com outorga. São Paulo tem a outorga desde a década de 90 e até hoje o problema social, o problema da moradia social de São Paulo só tem piorado, nós não achamos nos estudos... Eu faço parte lá do comitê gestor, represento a Aconvap, nós não achamos nenhuma cidade no Brasil onde tenha funcionado a outorga, onde se barateado o custo da moradia com outorga se alcance bons objetivos. A fórmula que a Prefeitura apresenta aqui na proposta está incompleta, ela está faltando dados para se calcular o valor da outorga, nós pedimos que isso seja discutido com mais calma e com mais clareza. É preciso discutir as contrapartidas de áreas que são pagas, e é preciso discutir também o custo que isso vai impactar sobre a moradia da cidade, porque senão toda a função social da propriedade que é pedido no Estatuto da Cidade e na Constituição Federal, não vai conseguir ser atingido e vai acontecer o inverso, a população vai acabar sendo jogado cada vez mais para a periferia que não é o interesse que se pensa na cidade, é preciso pensar com vistas no interesse da população. Não se pode pensar que a construção civil é feita só por donos de construtora, a construção civil pode ter um dono de construtora, mas ela tem, tinha aqui em São José antes da lei 428, cerca de 20 (vinte) mil empregados na construção civil, hoje não chega a 5 (cinco) mil. Muito obrigada. **LÍVIA TOLEDO:** Agora o número 11 (onze) Maria Lúcia, e na sequência José Moraes. Só uma coisa. queria pedir, como a gente pediu no começo, é uma regra que a gente colocou lá no começo, que a gente deixa todo mundo que vier falar, todo mundo pode se inscrever e falar à vontade, tem liberdade de falar o que quiser, mas todo mundo precisa ouvir os colegas, a gente precisa respeitar essa regra aqui, de ouvir todo mundo. **MARIA LÚCIA:** Boa noite a todos. Meu nome é Maria Lúcia, eu represento o Movimento Defendem São José, esse movimento é um movimento que trabalha com questões de urbanismo, e o objetivo é tentar ajudar a população a batalhar por uma sociedade, uma cidade que realmente seja de todos. E como deu para perceber, que a gente já sente isso a muito tempo, a participação popular está totalmente truncada. Então a primeira coisa a se mudar no Plano Diretor é o formato da participação popular. Então o Movimento Defendem São José já fez uma proposta de alteração da participação popular, e quem quiser dar opiniões para implementar essa proposta e apoiar a gente na implementação dessa proposta, pode conhecer essa proposta na nossa página do "facebook" Movimento Defendem São José. Bom, essa proposta que a Prefeitura apresentou, acho que ninguém se reconheceu dentro dela. Então essa proposta não é uma proposta da população, essa proposta é da Prefeitura. Então, por exemplo, essa questão da outorga onerosa... O quer dizer outorga onerosa na prática? Outorga que dizer dar direito, você dá direito a alguém, como dá esse direito de forma onerosa, pagando, então pagou está valendo está. Então essa é a outorga onerosa, agora essa outorga onerosa, dependendo de como ela for conduzida, ela pode trazer algum benefício para cidade sim, só que eu acho que este momento que nós estamos vivendo no país de uma imoralidade absurda, não é o momento de se falar em outorga onerosa. Se a gente apoiar essa outorga onerosa, a gente vai fazer o que? Liberando geral a verticalização na cidade. Em 2010 quando teve a revisão da lei de zoneamento, ocorreram 13(treze) audiências públicas e eu fui nas 13 (treze) audiências públicas, a população falou radicalmente contra a verticalização. Então essa proposta que estão colocando, também não é da população. Outra questão que também está nesse Plano, que a gente também... Pelo que eu pude perceber aqui, não reconhece, é como está sendo tratada a mobilidade urbana. A mobilidade urbana está totalmente voltada para o transporte individual, e é uma coisa que está sendo muito construída nessa cidade é o individualismo, se você não cria parques, se você não investe em transporte público, você vai afastando as pessoas. Condomínios fechados, prédios, esta é a sociedade que estão construindo. É essa sociedade que a gente quer viver? Então, vamos ter que realmente brigar pela sociedade que a gente quer viver, não pelo que eu ouvi aqui, não é esse modelo. Então, por exemplo, essa questão da paisagem urbana, com essa coisa de outorga onerosa, é uma coisa que me preocupa demais, coeficiente 05 (cinco), aonde vai colocar? Dependendo onde vai colocar, nós nunca mais vamos ver a Serra da Mantiqueira gente... Aproveitem para fotografar agora. A questão das áreas verdes, eles decidiram que vão fazer um parque na beirada do Rio Paraíba, agora a população está pedindo um parque também dentro da cidade, nem está contemplado no mapa. Então eu acho que a gente precisa realmente ir para a rua, chamar os vizinhos, e

Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

falar "gente, essa cidade que estão desenhando não é a cidade que nós queremos". Muito obrigada. **LÍVIA TOLEDO:** Agora número 12 José Moraes, na sequência Vera Assis. **JOSÉ MORAES:** Boa noite. Eu me desloquei do centro da cidade para cá de bicicleta, porque eu sou ciclista e eu confesso a vocês que eu me senti um alienígena urbano. Impressionante a quantidade de automóveis e o risco, perigo que se tem, de andar de bicicleta em São José dos Campos, queria fazer esse registro. Bom eu tenho sido bastante enfático, inclusive já comentei isso com engenheiro Oswaldo, já comentei isso com o Secretário, Marcelo Manara, que esse projeto de Plano Diretor é natimorto, ou seja, ele nasce extremamente comprometido, é um projeto de Plano Diretor que não é precedido de estudo de microclima urbano. Essa cidade não tem estudo de microclima urbano, essa cidade não tem estudo de macrodrenagem, essa cidade não tem um estudo da capacidade suporte viária do Município, não tem um estudo de emissões de poluentes, não tem um inventário ambiental, não tem um estudo de incidência de doenças respiratórias. Estou observando aqui vários jovens nessa audiência, eu tenho absoluta certeza que muitos deles sofrem problemas respiratórios, aliás, uma grande parcela da população sofre com problemas respiratórios e cardiovasculares. E grande parte dessas patologias são resultados dessa poluição intensa que há no nosso Município. Então, a meu ver isso compromete por demais esse projeto. Não vejo legitimidade nesse projeto, pois como é que se pode fazer um diagnóstico sem esses estudos? É dar um tiro no escuro. Eu desafio qualquer técnico da Prefeitura, desafio o Manara, a me afirmar que é possível fazer um Plano Diretor... Plano Diretor com "T" maiúsculo, sem esses estudos. Com relação à Região Sul, já que a gente está fazendo aqui parte de uma audiência da Região Sul, me preocupa profundamente a questão do adensamento, sobretudo, da verticalização. Há estudos... Vou citar e cito sempre o estudo do professor Aziz Ab'Saber, onde ele alega que os ventos úmidos que passam pela fenda de Paraibuna e se deslocam para a Região Sul, daí a grande importância da Região Sul, para a Região Central, e da Região Central para a Região Norte e Noroeste, tanto a Região Sul tem uma importância significativa com relação aos ventos, porque se esse Município padece de uma poluição intensa, e é uma região de pouca ventilação, esses ventos úmidos são responsáveis minimamente por amenizar os efeitos dessa poluição. Então verticalizar a Região Sul é um crime ambiental, verticalizar a região sul é decretar a falência da saúde de grande parte da população desse Município, é uma irresponsabilidade generalizada, é inaceitável que isso aconteça. Então é preciso que sejam feitos estudos, até porque nós temos aqui incidências de ilhas de calor, por exemplo, no outono e no inverno há incidências de inversões térmicas isso é muito sério, não é, e a gente observa crianças, adolescentes, adultos, idosos nas UBS em grande quantidade, nos hospitais particulares em grande quantidade por conta de doenças respiratórias e cardiovasculares. Então eu quero ter acesso a esses estudos da Prefeitura, eu quero ter, porque do contrário esse projeto, como eu disse, é natimorto. Sobre a questão dos vazios urbanos, eu já falei isso para o Diretor Oswaldo... Já alfinetei o Oswaldo várias vezes, os técnicos da Prefeitura, o Secretário, Marcelo Manara... A maior parte dos vazios urbanos desta cidade está na Região Leste, região de alta periculosidade, porque lá está a segunda maior refinaria desse país, entrecortada de dutos da Petrobras, e depósitos de gás. Se acontecer um acidente de grandes proporções naquela região, eu gostaria de saber se o Oswaldo, o Manara, e os técnicos da Prefeitura, podem garantir que isso não vai acontecer, e se acontecer para onde é que vai a população da região leste? Já era! É também mais uma irresponsabilidade da Prefeitura indicar a região leste para ser adensada e verticalizada. Portanto, concluindo aqui minha fala, eu espero que todos nós nos organizemos e não aceitemos, em hipótese alguma, esse projeto do Plano Diretor, porque ele não tem a nossa aprovação, ele não tem a nossa legitimidade. É isso aí, muito obrigado. **LÍVIA TOLEDO:** Agora o número 13, Vera Assis, na sequência Andréa. **VERA ASSIS:** Boa noite. Meu nome é Vera Assis, eu moro no bairro Jardim Paulista. Primeiro, eu não participei do Conselho, então pode ser que muitas decisões do que a gente assistiu aqui tenha acontecido lá e aí os técnicos não puderam fazer uma apresentação melhorada, mas como nos outros Planos Diretores, nas outras audiências públicas eu participei aqui na mesa, eu assistia coisas impressionantes, uma apresentação fantástica, o Oswaldo fazia apresentações maravilhosas... Não sei se o conteúdo... Mas a forma da apresentação... Gente, quando eu li o texto das 84 (oitenta e quatro) páginas, eu falei "gente a cidade é um sistema", essa proposta, esse projeto, não enxerga a cidade orgânica, enxerga uma cidade feita de pedaços, ela toda compartimentada, não há um diálogo entre as diversas áreas, a gente não vê um diálogo entre planejamento, a questão da mobilidade, a questão do meio ambiente, a questão da saúde. Por exemplo, o Moraes acabou de falar uma coisa extremamente importante... Quando você constrói, e o que a gente está assistindo, é uma cidade construída para o automóvel e não para o homem, quando você prioriza, privilegia o automóvel, e o automóvel de um indivíduo não é o público. Eu ando de ônibus e vocês precisam ver o escândalo que eu estou fazendo dentro dos ônibus, eu entro quando ele enche eu começo a gritar,

Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

dentro do ônibus falo, "gente eu não sou vaca, nem vaca sai transportado desse jeito", porque são lotadíssimos, pega cinco e meia da tarde o Novo Horizonte ou Galo Branco no Aquarius e vai para o Jardim Paulista e sintam como é. Então essa é a questão da organização da cidade a gente não sentiu, por exemplo, a questão da qualidade do ar, o Moraes já falou sobre esse estudo sobre qualidade, capacidade de suporte do ar para novos empreendimentos, faz séculos que a gente está pedindo que seja feito esse estudo. São José foi considerado uma área saturada pelo Governo, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, por um Decreto que definiu as áreas saturadas por ozônio em 2007, São José estava classificada como área saturada, não poderia a partir daí a ampliação de novos empreendimentos sem que você reduzisse as emissões. E aí outro dia eu perguntei: Como é que está essa situação? "Mudaram a classificação de zonas saturadas." Mudar a própria Secretaria de Meio Ambiente, a classificações é diferente, menos exigente, aí é possível que a gente tenha saído, mas ninguém mais fala nesse assunto. Eu sou um exemplo vivo de pneumonia a partir de agora, eu tomei a dois anos atrás 62 (sessenta e dois dias) dias de antibiótico, por causa da qualidade do ar, estoura a qualidade do ar, eu tenho um problema grave no pulmão, e aí eu sinto isso, e as crianças e os velhinhos? Estou no grupo dos velhinhos, já estou no dos velhinhos... Mas essa é a minha preocupação, a preocupação com relação à cidade que estamos construindo, essa cidade que não tem organicidade, eu não vejo meio ambiente falando com obra, falando com mobilidade, falando com a infância, falando com o esporte, falando com a cultura, não tem isso, é quadradinho, é tudo quadradinho, e pior, a apresentação foi quadrada, e pior ainda, é literalmente quadrada... Colocaram um monte de bloquinhos. Infelizmente o rapaz explicou que foi o Conselho Gestor que definiu este método, eu acho que eles não sabem como é que fala com população, porque, sinceramente, faz tempo que eu não estou lá no planejamento, eu não consegui entender um montão de coisa, eu tinha lido, e ainda venho cheia de dúvidas e estou indo embora com mais dúvida ainda por causa do quadradinho. Piorou muito, é lamentável, e principalmente com relação às áreas verdes, quando eu vi aquele mapa, eu tive vontade de chorar, e ainda novas áreas verdes ao invés de serem implementadas, poderão ser cortadas como é o caso da Vila Betânia, que estamos aí juntos, apoiando a luta desses moradores. Olha, eu quero qualidade de vida, saúde, mobilidade, habitação, eu quero passar um tempo sem tomar antibiótico. Obrigada. **LÍVIA TOLEDO:** Agora número 14, Andréa, na sequência Valter Silveira. **ANDRÉA LUSWARGHI:** Boa noite a todos. Meu nome é Andréa Luswarghi, eu sou moradora do Jardim Esplanada, e hoje eu vim para falar aqui do Movimento que eu participo, "Somos Parque Betânia", que é uma causa em que a gente defende árvores na Vila Betânia, já que vão ser 430 (quatrocentos e trinta) árvores derrubadas para construir um estacionamento, o que é uma aberração, porque se a gente está discutindo o Plano Diretor da cidade, se a gente que é uma cidade para as pessoas, e não para os carros. Como vamos derrubar um bosque que tem décadas para fazer isso? Mas também vim falar um pouco do meu bairro, Jardim Esplanada que é uma luta que ainda não terminou, mas em função do que eu encontrei aqui hoje eu mudei a minha pauta, e o Doutor Jairo... Eu vou falar sim sobre o formato dessa reunião aqui. Eu sou comunicadora, sou jornalista, e passei 20 (vinte) anos da minha vida fazendo programas educacionais, usando tecnologia de informação, que é a minha especialidade. Então o que é pedagogia, como fazer uma apresentação didática, isso não é algo complicado. Os arquitetos e urbanistas entenderam o que aconteceu aqui hoje, e a gente não entendeu nada, eu quero dizer para vocês que não é porque a gente tem problemas para entender, isso daqui foi feito de um jeito que realmente não é para a gente entender. É muito importante colocar aqui para a Lívia, para o Oswaldo, para o Marcelo que fez a apresentação, para o Madureira, para toda equipe da Prefeitura, isso não é uma coisa pessoal, a gente está aqui, assim como o nosso Movimento "Somos Parque Betânia", luta para proteger aquele bosque, estou aqui hoje, eu respeito sei que tem técnicos maravilhosos, conheço a história de técnicos muito bons dentro da Prefeitura, a questão aqui não é pessoal e isso daqui somos nós exercendo nosso direito de cidadania. Bom, meus cinco minutos eu posso usar né? Da forma como eu quero... Então, gostaria de perguntar quem aqui dessa plateia está totalmente satisfeito com a forma como foi apresentado esse projeto do Plano Diretor? Quem entendeu tudo o que foi dito aqui e ficou satisfeito com essas informações? Alguém? Não. Agora, quem gostaria que isso fosse apresentado de uma forma didática para que a gente realmente entendesse do que a gente está falando aqui? Certo. O que eu peço, eu gostaria de conhecer a proposta, já tem um grupo que tem uma proposta para ser um modelo diferente. Eu entendo como comunicadora, que a gente não pode aceitar isso daqui como uma participação da população, porque o Estatuto da Cidade obriga que a Prefeitura apresente o Plano Diretor e que haja a participação da população, e isso daqui que a gente está vendo hoje não é participação da população, como vários já disseram... O Moraes, a Vera... Esse Plano não é o nosso Plano, e nós queremos sim, nesse Plano Diretor, eu quero que alguém me responda, depois eu vou perguntar lá na mesa, com a gente vai fazer para

Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

ter um Plano Diretor em São José dos Campos que realmente ouça todos os segmentos da população, todas as necessidades? Não é possível. Eu estou aqui a alguns anos, Estou sempre ouvindo o pessoal dos bairros irregulares, a gente tem que fazer alguma coisa por eles. Não é possível que a Prefeitura não ouça e não resolva o problema dessas pessoas. Então, realmente eu peço a vocês que a gente não aceite. Porque que isso daqui tá esvaziado? É muito chato sentar aqui e não entender nada do que os "caras" estão falando, e depois a gente vai para casa e participou do Plano Diretor, não... Não vamos aceitar isso. Outra coisa, eu vim no Centro da Juventude achando que eu ia encontrar com um monte de jovens aqui. Cadê os jovens? As cadeiras estão todas vazias. Então assim, quando a gente quer trazer gente para uma reunião, existe técnica para isso, e a Prefeitura tem dinheiro para fazer isso, a Prefeitura tem profissionais brilhantes que sabem como fazer isso, se isso daqui está vazio é porque era para estar vazio mesmo. Então, eu chamo todos vocês para participarem, continuar participando, e vamos ver como é que agente faz para que esse Plano Diretor seja nosso, isso que está acontecendo a gente não aceita, com todo respeito Lívia. Muito obrigada. **LÍVIA TOLEDO:** Agora número 15, Valter Silveira, na sequência Paulo Romano. **VALTER SILVEIRA:** Bom, boa noite a todos. Meu nome é Valter Silveira, e eu cheguei em São José dos Campos, no ano de 1968. Eu só que gostaria... Não gostei da fala do senhor ali, dizendo que a gente estava zoneando. Eu tenho 66 (sessenta e seis) anos, trabalho o dia todo, e vim aqui a noite porque eu quero participar, agora eu pergunto seguinte: se esse Plano Diretor é um Plano para valer, porque que o Prefeito não senta aqui? É ele quem tem que estar aqui, pô. Aora ele bota um grupo de técnicos que podem... Não conheço nenhum deles, aparentemente, podem ser fantásticos, competentes, mas ele é que tem que ouvir, ele é que tem que responder, porque é muito fácil falar para os outros "vai lá e apresenta o Plano". E outra coisa também, em 10 (dez) fóruns em São José, acha que é suficiente para quem já está trabalhando desde 2016 esse Plano? Não é possível que isso aí tem condições. Outra coisa, eu sou engenheiro, eu acho o seguinte, eu fiz muita apresentação, a gente sabe quando a gente quer fazer uma apresentação que é um "blá, blá, blá", isso aí para mim é um "blá, blá, blá", não tem praticidade nenhuma, não tem pragmatismo nenhum, para que a população aqui, pelo menos esse mínimo que veio que já trabalhou o dia todo e estão cansados, estão aqui pra ouvir, entendeu. Então duas coisas, a terceira coisa que eu queria falar é o seguinte, eu acho que não vai ser possível ele projetar novamente a questão do meio ambiente, os parques ali. São José dos Campos é uma das melhores cidades, mas não é suficiente. Em 1968, foi a primeira desapropriação que a Prefeitura de São José dos Campos fez para ter um parque público, que é o Parque Santos Dumont. Muitos daqui nem nascidos eram... Em 1968 a cidade naquela data, tinha 200 (duzentos) anos, hoje tem 250 (duzentos e cinquenta), passando um pouquinho, depois qual o próximo parque? Estou dizendo assim, na região central da cidade, porque bem colocou a apresentação do senhor ali, a cidade, o centro da cidade, aonde tem uma concentração muito grande porque muitos serviços estão lá no centro. Depois o próximo parque foi em 96 (noventa e seis), que foi o Parque da Cidade, entendeu? Eu detesto essa questão, eu não sou de partido nenhum, para mim é obrigação do Poder Público cuidar da cidade... Se nós votamos e colocamos ele lá, então o Prefeito tinha que estar aqui para ouvir a gente, porque que ele não vem? E aparentemente eu acho que ele não virá em nenhuma, pode ser que ele venha naquela última, onde já está, digamos, tudo arrumado para que ele dê o seu veredito final. Então realmente, você vê, tem questões técnicas que o Moraes levantou muito bem, tem questões da população, eu mesmo estranhei, eu vim preocupado porque eu falei "nossa eu vou chegar lá não vai ter lugar para mim sentar, pô", os jovens... Era para aqui estar lotado de jovens pô, entendeu? Aqui do Centro de Juventude, cadê, cadê? Agora a impressão que eu tenho é o seguinte, a Prefeitura tem que fazer isso então, vamos fazer... Esse negócio do adensamento, a Prefeitura, ela não consegue controlar os bairros irregulares, cada dia tem um, tem gente no COMAM que faz bairro irregulares pô, isso acontece na cara de todo mundo lá e ninguém faz nada, com todas as ferramentas que se tem no Satélite aí, você entendeu? Então são coisas que eles não querem fazer, não interessa fazer, a cidade é feita pras construtoras, desculpa pela Senhora que esteve aqui, ela está defendendo a área dela, mas não é possível, por exemplo, o Aquarius, quando estava construindo o Aquarius, aquela selva de pedra, é isso que nós queremos? Esse adensamento que foi dito aí? É encher de Aquarius? Onde tem prédios ali que nem sol vê o prédio, e outra, eu fui lá algumas vezes pra olhar, ver se tinha condições de comprar, o prédio mostrava uma "puta" praça na frente, 02 (dois) anos depois, cinco blocos. Então, quando você compra alguma coisa em São José dos Campos, você não sabe o que vai ser amanhã. Isso eu estou dizendo em qualquer região, na periferia, em qualquer lugar, você não tem essa certeza de que, esse plano, por exemplo, tudo isso que está sendo dito aí, não é possível, não é possível acreditar, e não pode continuar desse jeito. A Prefeitura tem que entender que ela tem que ouvir a população agora, concordo, é difícil, é a noite... Aqui em São José, é uma cidade que todo

Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

mundo trabalha durante o dia, mas pô, tem que fazer, tem que trabalhar para trazer as pessoas para cá. E não simplesmente coloca aí na internet, do dia 06 (seis) ao dia 16 (dezesseis), vai ter os 10 (dez) fóruns, e aí pronto, acabou essa fase. Cumpriu uma etapa e aí? O que aconteceu? Nada. Eu, para mim é o seguinte, meu ponto é o seguinte, esse Plano Diretor de zero a dez, é zero. Eu já dei aula, eu sei como é que é, é uma enrolação de primeiro e aí pô, não tem praticidade nenhuma, não tem resultado nenhum, a gente não consegue tirar desse Plano, coisas que você consegue visualizar. Muito obrigado. **LÍVIA TOLEDO:** Agora o número 16, Paulo Romano, na sequência Maria Helena. **PAULO ROMANO:** Boa noite a todos e a todas. Alguém havia dito aqui sobre o fato de haver arquitetos urbanistas e engenheiros, mas em primeiro lugar eu digo que isso não faz de arquitetos e urbanistas engenheiros melhores pessoas para entender a cidade. Até porque aqui vemos uma prova de que tudo que é tecnicamente feito é absolutamente discutível, porque não é uma verdade, porque se esquece de uma coisa, o Plano Diretor é uma coisa chamada instrumento de política urbana, e a cidade é lugar de conflito não é lugar de harmonia, mas é lugar de conflito, que tem que ser debatido, e o que se esperava daquelas leituras comunitárias e depois nesse processo que não era para ser esse, era a discussão dos territórios de conflito na cidade. É daí que se tira pacto, porque sabe o que é Plano Diretor? Deveria ser um pacto sócioterritorial, e para haver pacto significa que alguém perde e alguém ganha. Mas nos últimos 20 (vinte) anos, pesquisas, dados, e não são opiniões, mostram uma coisa. Não é coincidência que nos últimos 20 (vinte) anos, todo o sistema macroviário da cidade foi acompanhado nas suas linhas por 670 (seiscentos e setenta) empreendimentos de edifícios de apartamentos, os mesmos lugares por onde passou o anel viário removeu toda a população de assentamento precário e jogou para a periferia, então eu sinto dizer que a construção civil no Brasil, não é parceira da população muito menos do desenvolvimento sustentável, e não é comigo que alguém da Aconvap ou de qualquer associação vai discutir, vá discutir com todos os pesquisadores de todas as cidades do Brasil que provam isso em todas as cidades brasileiras, e há um mito de que o empreendedor da construção civil traz desenvolvimento para a cidade, isso não é verdade, quanto mais empreendimento, mais desigualdade ou mais pobreza, sabe porquê? Porque a gente não lembra e não tem uma pesquisa que poderíamos ter, qual é o ganho médio de um trabalhador da construção civil no Brasil? E são os piores salários, talvez. E sabe por que tem muito emprego na construção civil no Brasil? Porque a construção civil no Brasil não se industrializa. E sabe por quê? Porque se eu tivesse pessoas capacitadas para trabalhar em outras funções, tivesse mão de obra qualificada, eu não tinha tanta necessidade de absorver mão de obra desqualificada na construção civil. Por isso é que quando fala "tem crise", podem observar, onde é que está a crise econômica histórica no Brasil? Quando tem bastante emprego no Brasil? Quando a construção civil está "bombando". Será que isso é bom? Aí eu falo assim, "quantos trabalhadores que constroem prédios de 10 (dez) andares, constroem casas em condomínios, tem casa? Ou quando tem casa é onde? Então tem duas coisas que a gente tem que falar. Outra coisa que vou dizer aqui, quem é que disse ou de onde saiu, aí vou falar como professor universitário que sou, de onde saiu a fundamentação teórica para definir nessa cidade o que é centralidade? É empírico? É de olhar que tem pedaços da cidade, de onde vem esse estudo, que fundamento está depositado ele? Por que? Porque essa centralidade é só ler, eu estava lendo ali no celular, nós temos na nossa cidade, esse Plano é um Plano urbanístico, ele não é de planejamento urbano. Só lê os verbos e os termos que estão escritos lá. E por que? Porque essa cidade padeceu de uma coisa que ninguém se deu conta, uma reforma administrativa inconstitucional que acabou com a secretaria de planejamento urbano. Muito obrigado. **LÍVIA TOLEDO:** Você quer continuar na fala da Maria Helena? Então agora fala 17, que seria da Maria Helena, está sendo passada para o professor Paulo Romano. Só queria dar um recado rapidinho, faltam 3 falas inscritas, quem tiver sugestão por escrito para entregar e documentos para protocolar, se puderem já fazer isso agora para gente ir organizando os documentos de relatoria depois, obrigado. **PAULO ROMANO:** Agradeço, mas vou tentar aqui não chegar nos 5(cinco) minutos. Tem uma outra coisa também importante, planejamento é processo e método, e justamente o que está se reclamando aqui é das dificuldades de se entender o que? O processo e o método que fez chegar aí. Não é? E a gente já tem dito há muito tempo que não existe uma coisa que se chama técnico e uma outra coisa que se chama comunitário, existe um Plano Diretor participativo que constrói junto. Então quando se observa, eu já tinha até comentado ali, essa sucessão de mapas, nós observamos assim, então vai ter uns 20 (vinte) planos porque cada imagem parece que é uma cidade que tem um recorte, se nós colocarmos uma camada sobre a outra o que será que vai dar? Essa era uma leitura importante de ter sido trazida, essa é a responsabilidade técnica. Mas sabe qual é a responsabilidade técnica? Esclarecer socialmente. Não, por exemplo, nem era cabível discutir aqui coeficiente de aproveitamento isso aqui não é dessa praia, mais outra coisa para eu não esquecer, que precisa

ficar bem marcada, por que isso pode vir a trazer equívocos, são duas coisas: Há 12 anos, isso está no Plano Diretor de 2006, portanto, há 12 anos, nenhum Prefeito regulamentou por decreto, uma coisa que se chama "Parcelamento Edificação Compulsória". Está lá no plano de 2006 e é um decreto que em 12 anos , Prefeito nenhum fez. Escrever no Plano não quer dizer nada, fazer decreto quer dizer muito, e tem uma coisa que eu quero dizer, não precisa de um longo estudo e um longo tempo para descobrir quais são os vazios urbanos que precisam da "Pelc" e o que vou dizer o seguinte, não há coisa mais imoral do que aquele terreno no Aquarius vazio a 15, sei lá quantos anos, e que alguém precisa estudar, fazer levantamentos, cadastrar ele pra aplicar, fazer a função social da propriedade. Isso é inaceitável, para uma cidade que tem 70 mil pessoas que moram em assentamentos irregulares. Então nós precisamos falar de política e não de projetos, escrever no plano diretor que vai colocar comércio na calçada isso é projeto, isso não é plano, isso está errado tecnicamente, isso não é diretriz de planejamento, é projeto de urbanismo, que é consequência de alguma coisa que vem do planejamento. Então tecnicamente tem equívocos, então tem uma, porque agora isso não era a questão, a questão que já foi dito aqui, eu, nós fizemos um trabalho na universidade, de tentar ler toda aquela leitura comunitária, ela não aparece aqui, ela desapareceu dessa junção, não é que ela tinha que estar aqui sozinha, mas tudo aquilo que apareceu como proposta saiu de um lugar que não foi a leitura sensível daquilo que apareceu na leitura comunitária. Então assim, tem algumas coisas que estão revelando o que é o central, não há interesse, senão não tinha feito reforma administrativa, em ter planejamento, porque planejamento sugere política, planejamento, não isso eu não quero falar sobre isso, porque eu acho que esse não é, tá todo mundo batendo, o principal, que é a principal questão de promover a função social da propriedade não é a outorga onerosa, é Parcelamento Edificação Compulsória e IPTU progressivo. É só andar pela cidade pela área mais nobre inclusive da cidade, não precisa de satélite, pra descobrir onde é que estão inúmeros terrenos vazios, e ainda tem um defeito nos mapas, que já isso foi questionado. Porque os mapas, o mapa de vazio urbano só tem terrenos acima de 5 mil metros quadrados? Eu não preciso de terrenos grandes pra botar a população. Tá errado essa ideia de continuar fazendo conjuntos habitacionais concentrados com grandes unidades de pessoas. Então tem coisas ainda que precisam ser muito discutidas, mas tão pouco fundamentadas. **LÍVIA TOLEDO:** Agora número 18, Caio Almeida, essa é a última fala inscrita para falar pela primeira vez, e na sequência é o Leandro Gimenez se inscrevendo pra falar a segunda vez. **CAIO ALMEIDA:** Bom primeiramente uma boa noite, meu nome é Caio Almeida eu sou um, das pessoas mais novas aqui da sala, também tenho problema respiratório, é uma coisa recorrente em todos não é só os velhinhos, mas é, não foi pra isso que eu quis me inscrever aqui pra falar, eu penso muito na mobilidade urbana de São José e do país inteiro. Eu sou estudante de arquitetura e urbanismo, eu amo urbanismo e vendo esse plano, eu vi que a prefeitura ignorou alguns dados revelados pela própria, que por ano cerca de 55 (cinquenta e cinco) pedestres morrem nas ruas de São José, por ano cerca de 15 ciclistas morrem nas ruas de São José, e é muita gente, é muita gente, é um absurdo, São José é uma cidade que tem bastante ciclovias, mas sem conexão, não existe segurança pro ciclista que sai da zona oeste e quer ir pra a zona sul, da zona sul pra zona leste, e de qualquer outra zona, e há a necessidade de haver essa interligação das ciclovias de toda a cidade. É, uma, um ponto que tá sendo muito discutido na cidade é a questão da Ponte Estaiada, é uma obra muito bonita, vai realmente virar um cartão postal. Mas qual é a utilidade dela? Desafogar o trânsito da região do Colinas, realmente é uma zona que tem um trânsito bem intenso, eu passo lá 4 vezes por dia, eu sou estudante da Univap, eu estudo manhã e noite, e eu pego os horários de pico, e é realmente um trânsito intenso. Eu sou morador da Vila Tatetuba, que é um bairro pouco conhecido porque é um bairro pequeno, mas fica ao lado da Vila Industrial, que é um bairro grande e por ele dá pra todo mundo localizar mais ou menos aonde fica. Fica perto da AVBRAS, que lá sim é realmente um grande trânsito de São José. O trânsito é comprovado por estudos da própria prefeitura, de que lá é o maior trânsito de São José, o maior engarrafamento nos horários de pico. Qual é a proposta de melhoria para aquela área? Nenhuma. No plano diretor nenhum. Então há uma falha bem grande nesse plano diretor porque exclui o principal centro de engarrafamento de São José, que é o trânsito da zona leste pra zona central. A Via Cambuí, capaz que vai atrapalhar mais do que vai ajudar, ela vai desafogar a zona sudeste e não a zona leste, também. Outro ponto que eu queria falar da Ponte Estaiada é que ela desrespeita o Plano Diretor de 2006, porque nesse Plano Diretor está escrito que toda a nova via da cidade é exigida a ciclovia, e não tem ciclovia vai ser uma ponte pra ser admirada por quem está de carro, você não vai poder entrar lá, não vai ter passagem pra pedestre e nem para ciclista. Então é um ponto que bate de novo na conexão das ciclovias da cidade que não há e eles não estão propondo uma ponte com um metro a mais só pra ter uma ciclovia, vai custar 64 milhões só pra carro. É, a questão dos ônibus, do transporte, de toda a mobilidade de São José não se reflete somente aos

pedestres, e as ciclovias, há uma necessidade de atenção maior pra essas questões, pelo ser transporte individual menos poluente, e, há uma, um problema muito grande na questão do ônibus, o BRT, do VLT, que dizem fazer mas não fazem, hoje em São José somente 2% da população usa a bicicleta como meio de deslocamento, e 44% usam o carro individual, isso é 12% a mais que a média nacional e faz com que a nossa cidade ganhou o título de São José dos carros, e não São José dos Campos, que é um absurdo, é, isso faz com que a cidade seja, vá contrapartida das demais cidades do país e até do mundo. **LÍVIA TOLEDO:** Agora eu chamo pra última fala, chamo pra última fala Leandro Gimenez. Desculpa, tem mais uma fala inscrita ali atrás, depois do Leandro. **LEANDRO GIMENEZ:** Então é, eu voltei aqui porque depois, eu não ia voltar mas depois da fala do doutor Jairo, da fala de diversas pessoas aqui, eu voltei porque me veio na mente o seguinte, que a gente colocar, eu gostaria que a relatoria incluísse isso esses dois itens que eu vou citar como proposta primeiro, que tudo o que foi falado aqui, que tudo o que foi proposto aqui, não chegue lá na secretaria de planejamento e seja engavetado não seja colocado na gaveta e esquecido como bem colocou várias pessoas aqui. Nada do que foi falado nas leituras comunitárias está aqui. Por que? Onde está? Onde está? Então, foi parar na gaveta, então que nada do que nós falamos, então pelo que eu entendi a nossa participação aqui é em vão. E segundo, e o mais importante na minha opinião, quando da elaboração do projeto da minuta, do projeto de lei do plano diretor a população participe da elaboração desse projeto também, junto com os técnicos, junto com o, eu não sei se é jurista se é advogado que faz esse documento, mas que a população tenha direito a opinar também em cima da elaboração deste documento, pra que daí o plano diretor seja realmente o plano diretor popular não um negócio que vem de cima pronto, vai pra câmara a câmara aprova e pronto e acabou não, que a população tenha direito de participar também da elaboração da minuta do projeto de lei que vai pra câmara, que ela possa discutir artigo por artigo dessa lei, desse projeto de lei, que ela possa dizer isso vale, isso não vale, senão de nada vai adiantar a nossa participação por aqui gente. Muito obrigado. **LÍVIA TOLEDO:** Agora a última inscrita é a Andréia, para segunda fala. **ANDRÉA LUSWARGHI:** Legal, legal Lívia é, os 5 (cinco) minutos anteriores me faltou dizer, fazer uma proposta aqui pra nós, porque pelo que eu soube vão ser esses 10 encontros, e depois vai ter um encontro onde vão trazer devolutivas. Mas como esse daqui já não apareceu aquela que a gente participou lembra que foi em Fátima, bom a gente tinha participou daqueles encontros, daquele workshop, que é o que o Paulo Romano diz que não apareceu aqui. Então eu gostaria de ver, primeiro eu gostaria de entender esse plano sem, eu posso ler as 83 páginas, mas daí eu vou ter que fazer um estudo e buscar e ser autodidata, então eu gostaria de pedir a prefeitura que faça uma apresentação disso com uma linguagem didática em vídeo, publique na internet, ponto por ponto, desse plano, e daí antes de vir à reunião, a gente assiste isso, entende, e o que eu sinto falta e peço é um debate, porque eu gostaria de ouvir por exemplo, eu sei que tem arquitetos urbanistas que têm opiniões diferentes uns dos outros, eu gostaria de ouvir por exemplo qual é o modelo de planejamento urbano de Barcelona versus o de Nova York, porque eu fui numa apresentação, o que que acontece, eu fui numa apresentação, se eu não me engano foi lá no Colinas, do pessoal da construção civil, e lá veio um senhor chamado Carlos Leite, arquiteto urbanista contratado pela prefeitura, e disse algumas coisas que eu achei que ele estava de má fé porque ele disse, "eu moro num lugar, Higienópolis, onde a gente não usa carro", defendendo, ele estava defendendo o adensamento. Eu morei 10 anos em Higienópolis, eu cheguei lá em 2001 e sai no final de 2010, a gente não usa carro em Higienópolis porque pra ir de uma quadra a outra demora meia hora, pode demorar 50 minutos, é impossível andar de carro em Higienópolis. Em 2001 ainda dava, quando eu saí de lá a gente tinha que andar ou a pé ou, enfim, é um problema sério e eu não vi ainda um plano de, um modelo de plano, uma apresentação pra que a gente possa entender quais são as nossas escolhas de planejamento urbano. Eu particularmente ouvi arquitetos falando e tem coisas muito interessantes acontecendo na Europa, em lugares que eles não optaram pelo adensamento, eles optam pela qualidade de vida sim das pessoas, de todas, de todas as partes da cidade, e não de uma cidade que seja boa pra uns e não pra outros. E daí pra mim é muito importante, eu não vi aqui, faz parte do plano diretor o desenvolvimento econômico da cidade não faz? Faz não faz? Qual que vai ser o projeto de desenvolvimento econômico de São José dos Campos? A construção civil? O emprego na construção civil? Ou a indústria apenas? Gente o tempo passou, eu participei na década de 90 de uma reunião da Universidade Federal de Santa Catarina, discutindo o projeto de desenvolvimento econômico de Florianópolis, e lá a gente falava em focar a capacitação de jovens e o desenvolvimento econômico da cidade, no mercado de gestão do conhecimento, produção de informação, que o que fazem os países como o Canadá, os países que a gente chama de desenvolvidos, é isso que eles estão fazendo, e aqui em São José eu li 2015 e 2016 inteiro, as páginas do jornal dizendo que a gente estava perdendo os empregos da construção civil, então eu pergunto:

Rua José de Alencar, 123 – 6º andar – Vila Santa Luzia – São José dos Campos – SP – Brasil – CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 – e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

Um, onde está a visão sistêmica, como disse a Vera Assis, nesse plano? Dois, qual que é o projeto para o desenvolvimento econômico da cidade? Onde que a gente vai focar a educação dos nossos jovens e as oportunidades de trabalho? A gente tem aqui um dos números, o número de doutores per capita mais alto ou competindo lá com outra cidade, não sei se é Campinas ou, não importa, a gente tem um monte de doutores aqui, um monte de gente muito bem informada, eu peço a prefeitura que faça um modelo onde a gente possa realmente fazer um plano diretor que toda a população possa participar e que a gente tenha debates, que a gente possa ouvir mais o doutor Jairo, mais o Paulo Romano, mais outros arquitetos da cidade que são excelentes e não estão aqui hoje, que a gente possa ter uma cidade onde as pessoas possam se expressar livremente, tecnicamente sem entrar em uma lista negra, e depois nunca mais conseguir emprego, seja na prefeitura ou na construção. É isso, eu espero ver essa visão sistêmica. **LÍVIA TOLEDO:** Bom, agradeço a contribuição de todas as falas de todos, também quem fez as contribuições por escrito e quem protocolou os documentos a gente agradece, todos eles vão ser sistematizados, vão constar todos os documentos protocolados e as falas no relatório de análise que vai ser publicado depois desse círculo de 10 fóruns regionais. Agora a gente tem a fase final que é uma relatoria do que foi dito aqui hoje então a gente tem uma equipe ali trabalhando pra fazer uma breve síntese pra fazer um apanhado de tudo que foi feito brevemente, não detalhadamente, detalhadamente vai ser feito mais no relatório que eu comentei que vai ser publicado depois, agora é só uma breve síntese com os principais pontos colocados pra gente fazer o encerramento. A gente também vai fazer uma breve síntese dos documentos que foram protocolados, escritos, e as contribuições por escritas e documentos protocolados pra que todos tomem ciência. Em seguida deu por encerrada a reunião, e nada mais a tratar, a presente ata foi redigida, será assinada pelo presidente do Conselho, e disponibilizada para consulta no site da Prefeitura de São José dos Campos.

Eng. Marcelo Pereira Manara
Presidente do Conselho e
Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade